



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

Nº 183

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PMDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM
22 DE DEZEMBRO DE 1998**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício, para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente sessão, para a apreciação de matérias aprovadas e/ou outras a serem incluídas.

Sala das sessões, em 22.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, moção de pesar pelo falecimento da Senhora Claridina Alves Brasileiro, ocorrido no dia 19 de dezembro do corrente ano.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário dessa Augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, sito à Rua Capitão Guilherme Bianc, 952 - Vila Camargo - CEP 82960-000, Curitiba - Paraná.

Sala das sessões, em 22.12.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, moção de pesar pelo falecimento da Senhora Claridina Alves Brasileiro, ocorrido no dia 19.12.98.

A Senhora Claridina Alves Brasileiro, pessoa muito bem conceituada no meio evangélico, onde ajudou a desenvolver atividades voltadas àqueles menos favorecidos, deixa o Senhor Arthur Brasileiro, sete filhos, dezessete netos e dois bisnetos, assim como um legado de vida cristã, que merece ser seguido pelas novas gerações.

Face ao exposto, e considerando a importância dos trabalhos realizados pela Senhora Claridina, em prol da comunidade, é que proponho que seja concedida à família enlutada, a presente moção de pesar.

REQUERIMENTO Nº 2137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Doutor José Alceu de Oliveira, ocorrido em 21.12.98, nesta Capital de Curitiba.

Sala das sessões, em 22.12.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Doutor José Dirceu de Oliveira, dignificou a profissão de advogado no Estado do Paraná durante toda sua vida, sendo bom marido e companheiro, e exemplar pai de família.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho nos últimos dias me preparado para voltar a chamada vida civil e confesso que tenho ficado preocupado com o drama que vivem os milhares e milhares de micro, pequenos, médios e grandes empresários desse País.

Temos que reconhecer, quando, outro dia o Presidente Fernando Henrique Cardoso através dos meios de comunicação afirmou que o ano de 1999 iria ser ruim; o Presidente estava sendo extremamente verdadeiro. Um pouco comum até para um Presidente que é falar a verdade para seu povo. O momento é extremamente grave. De um lado temos a receita federal praticando uma verdadeira guerra contra o cidadão, contra o empresário. Muitas vezes os nossos governantes, principalmente a nível federal, esqueceram da realidade que vivemos. Porque em um país onde a inflação está controlada, verificamos que a carga tributária ficou excessivamente elevada, fazendo com que não haja mais um espaço, uma margem para que os empresários possam efetivamente ter uma melhor participação e que o ano de 1999 não seja negativo como foi esse ano de 1998. Hoje o Governo Federal, infelizmente, está controlado exclusivamente pelas forças financeiras internacionais, especialmente o FMI e isso faz com que tenhamos uma situação difícil. Porque não há negócio algum que possa sobreviver com inflação zero, mas com custo financeiro de 29%, 30%, 40%, 49% como é praticado nas ponta da taxa de juros anual. Não há negócio no Brasil que dê lucro líquido maior de 3%, 4% como receita final. Enquanto temos uma taxa de juros que é proibitiva taxa de juro que é absolutamente proibitiva, ou seja, ou esse governo reduz a taxa de juro e faz como fez a Argentina, a conversão da moeda nacional para o dólar americano e estabelece uma taxa de juro de até no máximo 8% ao ano para que se possa investir em setores que são fundamentais da nossa agricultura, da nossa economia e para que a indústria brasileira possa ter um mínimo de proteção porque infelizmente o dinheiro que falta para a empresa nacional é aquele que sobra para as empresas multinacionais. Estamos verificando que o Brasil vai se tornar uma terra de gerentes, vejam o exemplo paranaense, das empresas paranaenses. Não temos mais capital paranaense, Deputados.

Hoje temos aqui, gerentes, gerentes de grandes empresas multinacionais e esse setor que primeiro foi abordado pelo capital que é o setor da indústria, agora muito fortemente está entrando no setor terciário, ou seja, no comércio e na prestação de serviços. Vamos viver, na minha avaliação, nos próximos anos, uma situação muito difícil, porque sabem os senhores que o Presidente Fernando Henrique Cardoso é o autor de uma teoria econômica, social que é "Teoria da Dependência".

Em síntese, a "Teoria da Dependência" é a expressão de um grupo que nasceu no SEBRAE e que fez o

seguinte: o empresariado nacional, a burguesia nacional, na expressão correta do livro do Professor Fernando Henrique, é incompetente do ponto de vista da gestão dos seus negócios e o Brasil só poderia crescer economicamente no momento que tivéssemos o empresariado nosso, substituído pelo empresário americano, europeu e que na avaliação do Presidente Fernando Henrique é muito mais competente do que o empresário nacional.

Essa teoria é a teoria do Fernando Henrique Cardoso. Ele não está preocupado se o centro de decisão vai estar sediado no Brasil ou não e esta é a dificuldade que vamos ter que enfrentar de um Brasil extremamente carente de empregos, de investimentos, mas de um país devassado, um país completamente aberto ao interesse do capital, especialmente do capital especulativo.

Ora, se o Brasil tem uma dívida pública interna de 350 bilhões e paga taxa de juro, como está pagando hoje, de 29,5% ao ano, Deputado Florisvaldo Fier, eu lhe pergunto, onde vamos parar se temos um PIB de 800 bilhões e a quem interessa se os capitais estrangeiros não vêm mais para o Brasil, se já foram todos embora, - capital especulativo - a quem interessa manter a taxa de juro alta? Única e exclusivamente ao sistema financeiro, aos banqueiros, aos "sem-vergonha", me permitam usar essa palavra, que estão lá no Banco Central, representando o interesse de corretoras e de grupos financeiros que estão cada vez mais ricos em detrimento do conjunto do empresariado nacional que está cada vez mais pobre. Fico extremamente angustiado e V. Exa. que vai cumprir mandato de deputado federal, certamente poderá explicitar pontos de vista semelhantes ou iguais.

Concedo aparte ao Deputado Doutor Rosinha.

O Sr. Doutor Rosinha

Acho importante o seu pronunciamento, muito atualizado e que vem demonstrar a internacionalização do capital investido para o desenvolvimento e o capital financeiro especulativo no nosso País. O mais preocupante de tudo diz respeito, justamente por esta política econômica internacional ao último acordo assinado com o FMI. O Brasil assumiu o compromisso de até junho do próximo ano, fazer a privatização de mais de 16 bilhões de dólares, incluindo aí as companhias de energia elétrica, de saneamento e os bancos públicos estaduais. Ou seja, esses bancos provavelmente cairão na mão também do capital internacional e essas empresas energéticas e de saneamento também, o que vem, ainda, reforçar o pronunciamento de Vossa Excelência.

A outra preocupação é que o FMI, vamos dizer assim, cansado de perder dinheiro, eles dizem que perderam na Rússia, na Indonésia e na Coreia do Sul, coloca no acordo que se o Brasil tiver uma queda ainda maior da sua poupança que hoje já está em torno de 40 bilhões e essa poupança parar em torno de 20 bilhões, significará daí o monitoramento do Fundo sobre as nossas reservas. Quer dizer, acabou qualquer tipo de soberania. Mesmo monitorando, quer dizer, todo o sistema financeiro nacio-

nal será feito pelo controle internacional. E essa fixação de juro está estabelecida nesta carta do FMI, que o juro será monitorado pelo FMI e não mais pelo Banco Central do Brasil.

Então todo discurso do Governo Federal de que ele vai baixar juro, é um discurso para a torcida assistir, porque o monitoramento será e está sendo feito já pelo Fundo Monetário Internacional. E é claro, se andarmos por qualquer cidade, vamos ver Banco de Boston, Santander, HSBC, Banco Português que acabou de comprar o Bandeirantes, quer dizer, todo capital se tornando internacional em capital especulativo. O que interessa ao FMI fazendo esse monitoramento? Já sabemos a que interessa, quer dizer, a nossa economia está totalmente comprometida e com isso aumenta a exclusão social, aumenta a pobreza, a miséria do nosso país, sendo que no ano que vem será um ano realmente preocupante, vamos dizer assim, à beira do caos se não o caos econômico e social do país. É oportuno o pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni. Agradeço o aparte do Deputado Rosinha.

O Sr. Valdir Rossoni

Prezado Deputado Romanelli. Entendendo seu pronunciamento, quero também, aqui, acrescentar algo que é importante. Neste momento de crise interna do país, quando o mercado consumidor se retrai de uma forma muito violenta, temos ouvido de que a saída do Brasil é a exportação. E por longa data temos ouvido iniciativas tomadas pelo Governo Federal para incentivo de exportação. Porque no momento em que estivermos vendendo para fora estaremos criando emprego aqui dentro e estamos criando oportunidade e salvando as pequenas empresas para o mercado interno e para a geração de empregos.

Sou um pequeno exportador. Só exporto, não faço outro produto para o mercado interno, minha exportação é para a Itália, Austrália e Inglaterra e o senhor e Vossa Excelência sabe de que fazem 2 ou 3 anos de que enquanto a nossa balança comercial está dando déficit, o Governo Federal vem anunciando medidas para incentivo às exportações e que é, sem sombra de dúvida, para este momento de crise, uma das saídas para a manutenção de empregos e também para a geração de empregos.

Mas quero dizer para Vossa Excelência. Todas as medidas tomadas até hoje pelo Governo Federal que teriam de vir de encontro aos pequenos e médios exportadores brasileiros, para que eles tivessem condições de competitividade com o mercado internacional, até o presente momento não chegou às empresas de exportação. É claro que o mercado.

É claro que o mercado interno, as empresas, elas padecem de capital de giro, e o mesmo acontece com as

empresas exportadoras, principalmente as pequenas que padecem de recursos para o capital de giro.

Porque você quando exporta um produto, e este é um costume internacional, você vende, enquanto você produz, leva para o Porto, embarca, enquanto o produto chega na Inglaterra, por exemplo, isso leva aproximadamente 60 dias para o produto chegar na origem, aonde foi feito o pedido. E o que acontece com a empresa nacional? Não tem dinheiro para continuar produzindo, e aí o que acontece? Ela tem o mercado de venda, mas não tem o dinheiro para sustentar a sua viabilidade de funcionamento.

Então, ouço o Presidente Fernando Henrique falando de um novo Ministério, o Ministério da Produção, o Ministério da Industrialização, o Ministério não sei do que! eu torço que venha um ministério para resolver estas questões.

Temos que de uma forma urgente socorrer as pequenas e médias empresas, não com benesses, ninguém quer nada de presente.

Eu, por exemplo, na minha empresa, a única coisa que eu quero é condições de funcionamento. Eu gero 100 empregos, são 100 famílias que dali tiram seu sustento, e fazem com que a minha empresa funcione, mas estou passando pela maior crise, já desde o início que eu tenho esta empresa exportadora, por falta de ter um Banco que me socorra financeiramente.

E aí você, quando lê aquela mulher, não lembro o nome dela, que eu acho que é a sessão de terror da meia-noite, na Globo, a Lilian Wite Fibe, ela fala de que o Governo criou Proerzinho para exportação e eu vou no Banco do Brasil e encontro o gerente do Banco do Brasil ou qualquer gerente de Banco que não sabe o que é e como se faz para fazer o procedimento legal para ir em busca desses recursos

Então, ou se simplifica, para que as pequenas empresas tenham esses recursos na mão, porque quando você empresta o dinheiro para uma empresa exportadora, ela entrega para o Banco a carta de garantia da empresa que te comprou o produto.

Não existe financiamento mais quente e mais garantido para o agente financiador, e você não encontra onde está esse dinheiro.

Outra questão que atinge em cheio as pequenas empresas. O Governo diz que tomou uma medida de que ele se credita do ICMS e do IPI. então, a empresa exportadora não paga ICMI e nem IPI, e todo o produto que você compra que tem IPI você se credita, e você tem direito a receber esse IPI como forma de incentivo.

O que acontece? Você leva aproximadamente um ano para você viabilizar a documentação para que você receba aqueles recursos que lhe são de direito, está na lei.

Então, quer dizer, de que forma estão incentivando. E não tenho dúvida, nesse momento de crise, se não socorrer as empresas, pequenas e médias e qualificá-las para que elas possam competir no mercado internacional,

que é o ramo onde eu atuo, nós vamos vir para o mercado interno, e aí o problema vai ser dobrado.

Agradeço o aparte e me somo a sua preocupação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Queria dizer ao Deputado Valdir Rossoni, que as suas palavras talvez se traduzam, que no Brasil tivemos que ter talvez, não o Ministério do Desenvolvimento, mas o Ministério do Bom-Senso. Um Ministério que pudesse, na verdade, fazer com que a empresa brasileira pudesse efetivamente funcionar, e quem quisesse, Deputado Paulo Gorski, crescer, progredir, prosperar, tivesse isso como um direito assegurado pela nossa Constituição.

Infelizmente, falta o bom-senso, o que temos um terrorismo fiscal brutal, em cima da empresa brasileira, e creio que no momento em que a economia está em recessão isso vai piorar porque o Governo vai, cada vez mais, fazer esse arrocho fiscal e vai criar mais dificuldades para o funcionamento das empresas brasileiras.

Por isso, eu queria agradecer esta oportunidade e deixar aqui o meu ponto de vista. E acho que este Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem que, efetivamente, se voltar para o mercado interno, proteger a empresa nacional e, fundamentalmente, dar um direito de escolha, como tivemos, por exemplo, que vieram no final do século XIX, vieram para o Brasil, fundamentalmente para poder trabalhar na lavoura de café, que era, na verdade, o grande agregador de renda para o nosso País, é o grande produto de exportação.

E hoje nós, cada vez mais, assistimos os brasileiros que querem ir embora do Brasil, porque não acreditam mais na possibilidade de uma vida digna para si e para as suas famílias.

E temos responsabilidade é com essa geração de jovens que estão nas ruas clamando por um emprego ou por uma oportunidade de vida.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Uso a tribuna para tecer algumas considerações a respeito da Ordem do Dia, a ser votada nesta tarde.

Primeiro lugar, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, estamos com um Projeto do Executivo nº 59/98, autorizando a contratação de um empréstimo junto a União até o valor de 100 milhões de reais. Queria chamar a atenção, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, pela boa-vontade que esta Casa tem tido com referência ao Governo.

Já autorizamos venda das ações da COPEL, nós já autorizamos darem a garantia até o valor de 1 bilhão e 200 milhões de reais, ações da COPEL com empréstimo do BNDS. E estamos, na tarde de hoje, votando mais uma

autorização de 100 milhões de reais para o Tesouro do Estado. Agora, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, em especial o Deputado Valdir Rossoni - Líder do Governo, poderia em nome desta Casa levar a colocação aos autores de Mensagens do Executivo de que, não é possível nós, em termos uma Mensagem enviada com o seguinte sentido:

Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empréstimos junto à União, até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), destinado ao ressarcimento parcial das perdas decorrentes da aplicação da Lei Federal nº 9.424, de 24/12/96.

Ora, ressarcimento! Não se faz empréstimo para ressarcimento, a não ser que esse empréstimo seja a fundo perdido. Se esse empréstimo for a fundo perdido, então nós estamos tendo ressarcimento de despesas. Estamos tendo, neste instante, comprometimento de receita. Estamos fazendo um empréstimo de 100 milhões de reais, nos quais autorizando na própria lei o Governo dar em garantia do empréstimo as cotas dos recursos que forem transferidos pelo Governo da União, referentes aos Artigos 155 e 157, alínea "a" do inciso I e II do Artigo 159 da Constituição Federal.

Então, o que me parece? Dá a impressão de quem está redigindo as Leis no Executivo, por saber que já pediu a esta Casa, no 2º semestre deste ano, valores inestimáveis em empréstimos, tenta jogar com as palavras, colocando como se todos nós aqui não tivéssemos a noção exata da sinonímia de cada palavra entendendo que esses 100 milhões são para ressarcimento de perda. Ora, nós votaremos qualquer importância que o Governo encaminhe nesta Casa para ressarcimento de perda de receita, desde que seja ressarcimento, que não seja empréstimo. Ressarcimento significa cobrir algo que se perdeu, a fundo perdido. Como é a fundo perdido, não é ressarcimento.

Então, esta lei peca já inicialmente na sua confecção porque não está utilizando os objetivos exatos do que ela se propõe. Ela está fazendo um empréstimo, comprometendo receita e não ressarcindo prejuízos.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, por entender que suplementação de verbas dentro de secretarias é uma competência do Poder Executivo quando ele tem sobra de caixa e falta de orçamento, acho que teríamos total tranquilidade em votar a primeira mensagem de suplementação que votaremos nesta tarde que está suplementando o valor de R\$8.750.000,00 para a Secretaria de Transporte e cancelando outras verbas.

Porém, Senhor Presidente e Senhores Deputados, gostaríamos de votar aqui suplementação na Secretaria de Transportes, na Secretaria de Educação, na Secretaria de Agricultura, mas, que o caixa do Tesouro do Estado pagasse centenas de pequenas empresas do estado do Paraná que estão literalmente falidas por falta de recebimento. Tenho constantemente ouvido de companheiros de amigos, de pequenas empresas do Estado do Paraná, mais de uma centena de empresas do Estado que cons-

truíram obras do caminho da educação, que construíram calçamento, que procederam reformas nas escolas, aumentaram pavilhões. Pequenas construções de empresas que não têm capital de giro, empresas que são muito mais agenciadoras de mão-de-obra do que empresas de capital de giro, falidas, completamente falidas, sem condições de pagar os empréstimos bancários que realizaram para pagamento de pessoal.

Então, que façamos suplementação de receita na Secretarias mas, entendendo o momento difícil por que passa a economia do nosso Estado e do nosso País, entendendo o grande volume de desemprego que está a aumentar dia a dia e, seguramente, cada pequena empresa destas significa 20, 30, 40 empregos diretos num Estado que está com volume impressionante de desemprego, é muito importante que esta Casa vote suplementação, mas, vote suplementação para pagar as dívidas do Governo com as pequenas e médias empresas do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra PT, PFL, PL, PTB, PPB, Horário das Lideranças.

(Declinam)

No Horário da Liderança do PSDB, o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos nesta tarde discutindo o Projeto nº 534/98. O Deputado Caíto Quintana já fez uma preleção sobre as implicações e, no seu entendimento como ele vê este projeto e as consequências da sua aprovação.

Este projeto acabou de ser votado pela CCJ e lá também mereceu a discussão e atenção deste Deputado porque quando autorizamos o empréstimo da ordem de cem milhões de reais destinado ao ressarcimento parcial das despesas decorrentes da lei 9424. Ora, se é ressarcimento não tem porque elaboramos o empréstimo. E a lei 494, através da emenda Constitucional número 14, obrigou a Constituição do fundo de manutenção, desenvolvimento do ensino fundamental e da valorização do Magistério, criando 15% da receita transferida da União aos Estados e 15% da receita dos municípios transferidas pela União. Em que? 60% deste valor, deste fundo, são destinados a salários de professor e 40% empregados na manutenção e na edificação da rede escolar. Ora, hoje o Paraná é um Estado que tem um alto índice de municipalização das suas escolas públicas, estaduais de 1ª a 4ª série. Esses recursos, esse fundo é justamente para compensar. E eu não entendo, e até gostaria que esse entendimento fosse repassado a essa Casa estamos tomando empréstimos para ressarcir perdas de receita, aonde nós teremos a exigibilidade da devolução desses recursos,

inclusive já no próximo texto da lei, no seu artigo 2º, ele já dá as fontes dos recursos para que isso possa ser feito.

E ainda ele dispõe aqui utilizando o crédito de excesso de receita contido no artigo 46, parágrafo 1º, inciso 3º da Lei 4320. É discutível por quê? Porque o Governo não encaminhou a esta Casa nenhum demonstrativo de que excedeu a receita, de que houve perda da receita, e também não indicou a essa Casa que esteje repassando os recursos Constitucionais gastos com o Magistério.

Como é do conhecimento nosso e é do conhecimento de todos que o Governo Federal repassou 74 milhões ao Governo do Estado a título de salário educação, dos quais 50% teriam que ser repassados aos Municípios do nosso Estado, e tenho informação de que não foi transferido um recursos sequer. São 37 milhões que o Governo está a dever ao municipalismo do nosso Estado, entretanto hoje nós estamos aqui, Sr. Presidente, submetendo a aprovação o empréstimo de 100 milhões, aonde no nosso entendimento não se faz justiça, porque se houve a perda, ou não houve a redução na transferência desses valores, por outro lado também houve a redução das despesas porque as escolas foram municipalizadas.

É com essa solicitação que solicito ao Sr. Presidente, mediante o juízo do Plenário, que suspendamos este projeto e possamos ter aqui a relação das perdas que o Governo do Estado obteve, ou que verificou-se na sua receita, com relação ao FUNDEP. Ora, e é muito recurso. Estamos aqui criando um crédito de cem milhões, ao passo que tem empresa pequena, como disse o próprio Caíto, com 2.200 reais, precisando pagar o seu 13º tendo a nota empenhada junto ao Tesouro do Estado, infelizmente o seu pagamento não ocorre e lá a empresa está faltosa com os seus funcionários com o 13º.

Então, é necessário que esta Casa olhe com cuidado, analise com cuidado a capacidade de ainda continuarmos oferecendo empréstimos ao Governo do Estado através das nossas autorizações.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez coloco a minha sugestão no sentido que pudéssemos suspender a votação desse projeto até que o Governo encaminhe a esta Casa as possíveis reduções de receitas que ocorreram para que esta Casa faça a avaliação e com certeza em constatando vamos fazer a adequação ao artigo 1º e com certeza receberá o apoio da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 126/98, de autoria do Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao Município de Teixeira Soares, imóvel de propriedade do estado, situado naquele município, conforme especifica. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 126/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Teixeira Soares, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede daquele município, constituído por uma área de terreno com aproximadamente 906,00m², com frente para a Rua Domingos Molinari, antiga Travessa da Rua do Comércio, nº 105, contendo uma edificação com aproximadamente 89,00m², objeto da Transcrição nº 2594, do livro 3-B, fl. 117, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Ponta Grossa.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei, será cedido ao Município de Teixeira Soares, para ali desenvolver atividades correlatas a projetos relacionados à área social daquele Município, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pelo estado, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, permitida a prorrogação por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, ficando, ainda, o cessionário, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.12.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 487/98, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 055/98, que altera a redação do Art. 3º da Lei nº 12317, de 28 de agosto de 1998, e revoga o § 1º do Art. 5º, da mesma lei e adota outras providências. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 487/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º - O art. 3º, da Lei nº 12317, de 28 de agosto de 1998, passa, suprimidos seus atuais incisos e parágrafos, a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O Conselho Penitenciário do Estado do Paraná será composto por dezesseis membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania.

§ 1º - O Conselho será integrado por professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário, bem como representantes da comunidade.

§ 2º - As nomeações também poderão recair em professores, servidores e funcionários aposentados ou em inatividade.

§ 3º - A forma de provimento das funções de membros efetivos e suplentes do Conselho Penitenciário, será regulamentada por decreto do Governador do Estado.”

Art. 2º - Ficam mantidos na condição de membros e suplentes os que atualmente exercem suas funções no Conselho Penitenciário.

Art. 3º - Ficam revogado o § 1º, do art. 5º, da Lei nº 12317, de 28 de agosto de 1998.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.12.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/98, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 061/98, que aprova ajuste de obras ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem, órgão vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes, no valor de R\$8.750.000,00 (oito milhões e setecentos e cinquenta mil reais), e conseqüentemente a conversão de fontes no valor de R\$5.450.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), conforme especifica. **COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 182, de 21.12.98 - Mens.)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 533/98**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei do Poder Executivo, visa aprovar ajuste de obras no orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender o Projeto de Construção de Rodovias, de R\$8.700.000,00.

Em decorrência, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme anexos III, IV, V e VI desta lei.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte e nove (29) Senhores Deputados aprovam.

Um (01) Senhor Deputado rejeita.

Aprovado.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 534/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/98, que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo junto à União, até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), destinado ao ressarcimento parcial das perdas decorrentes da aplicação da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que trata da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 534/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empréstimos junto à União, até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), destinado ao ressarcimento parcial das perdas decorrentes da aplicação da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que trata da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 2º - Para garantia dos empréstimos de que trata a presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer receitas próprias e as cotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, referidos nos artigos 155, 157, alínea "a" do inciso I e inciso II do artigo 159 da Constituição Federal.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais nos orçamentos dos exercícios de 1998 e 1999, necessários à implementação do objeto

desta lei, utilizando como crédito o disposto no art. 43, § 1º, incisos III e IV, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.12.98.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 534/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a contratar empréstimos junto à União, até o valor de R\$100.000.000,00, para a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

Aprovado. Com os votos contrários da Bancada do PT e do Deputado José Maria Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2136, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2137, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2138, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício, para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente sessão, para a apreciação de matérias aprovadas e/ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Dentro de dez minutos iniciaremos a Sessão Extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 533 e 534/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 507 e 535/98.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 058, 452, 507 e 535/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/98.

Levanta-se a sessão.
